



UC/FPCE - 2010

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Auto-eficácia, autodeterminação, bem-estar psicológico  
e delinquência: um estudo exploratório com jovens  
internados em centro educativo**

Filipa Alexandra Pratas Ferreira Ventura (e-mail: [filventu@hotmail.com](mailto:filventu@hotmail.com))

Dissertação de Mestrado em Psicologia Forense sob a orientação de  
Professora Doutora Madalena Moutinho Alarcão Silva

## **Resumo**

Partindo do reconhecimento da importância que a percepção de autodeterminação, auto-eficácia e bem-estar psicológico têm para um desenvolvimento saudável e pró-social este estudo exploratório teve como objectivo principal analisar a relação existente entre tais variáveis e a delinquência juvenil.

Foram aplicados a Escala “Como eu sou”, a Escala de Escolha Percebida para Crianças e Adolescentes, o Questionário Kidscreen-27 e um Questionário de caracterização da amostra a 33 adolescentes, entre os 14 e os 20 anos de idade, institucionalizados num Centro Educativo.

Os resultados, ainda que pouco robustos, apontam para que os que sujeitos mais autodeterminados e com níveis de bem-estar psicológico mais elevados tendem a apresentar um grau de delinquência mais reduzido e adolescentes mais velhos, com mais escolaridade, de etnia caucasiana e que viviam com a família nuclear, tendem, de forma mais expressiva, a apresentar níveis de delinquência menores.

**Palavras-chave:** Adolescência, delinquência, auto-eficácia, autodeterminação, bem-estar psicológico.

## **Abstract**

Starting from the recognition of the importance that the perception of self-determination, self-efficacy and psychological well-being have to a healthy and prosocial development, this exploratory study aimed to analyzing the relationship between these variables and youth delinquency.

We applied the Scale "Como eu sou" (As I am), the Scale of Perceived Choice for Children and Adolescents, Kidscreen-27 and a questionnaire for the sample characterization to 33 adolescents between 14 and 20 years old, institutionalized in a Education Centre.

The results, though not robust, pointed out that subjects with higher levels of selfdetermination and psychological well-being tend to present a lower degree of delinquency and older adolescents with more schooling, Caucasian and that lived with the nuclear family, tend to present, more expressively, lower levels of delinquency.

**Keywords:** Adolescence, delinquency, self-efficacy, selfdetermination, psychological well-being.

## **Agradecimentos**

Decorrido mais de um ano de árduo trabalho, chegou a altura de agradecer a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a minha chegada à meta final deste curso. Sem eles, de certeza, que nada disto seria possível, nem esta luta seria tão aliciante.

Assim cabe-me agradecer, em primeiro lugar aos meus pais, as pessoas mais importantes na minha vida e que mais contribuíram, com o seu esforço e sacrifício, para que eu pudesse concretizar um dos meus ideais. A eles dedico esta vitória.

O seguinte agradecimento vai, muito naturalmente, dirigido à Professora Doutora Madalena Alarcão, pela orientação diligente, pelo incentivo, o apoio e a disponibilidade.

Agradeço também:

Ao Bruno pelo apoio incondicional, a paciência e a dedicação em tornar este percurso menos difícil.

À Sofia pelo apoio, preocupação e ajuda preciosa.

Aos amigos, familiares e colegas que estiveram sempre presentes, mesmo quando eu não pude estar.

À direcção, técnicos, funcionários e educandos do CEO pela oportunidade e experiência proporcionadas.

## **Índice**

<b>Introdução</b>	1
<b>I – Enquadramento teórico</b>	2
1. Delinquência e adolescência	2
2. Auto-eficácia e adolescência	8
3. Autodeterminação e adolescência	10
4. Bem-estar psicológico e adolescência	13
<b>II – Estudo Empírico</b>	14
1. Objectivos	14
2. Metodologia	16
2.1. Amostra	16
2.2. Instrumentos	17
2.2.1. Ficha para caracterização da amostra	17
2.2.2. Questionário Como eu sou	18
2.2.3. Escala de Escolha Percebida para Crianças e Adolescentes	19
2.2.4. Kidscreen-27	21
3. Procedimentos	24
<b>III – Resultados</b>	25
1. Auto-eficácia, Autodeterminação e Bem-estar Psicológico: estudo das diferenças de idade, etnia, escolaridade, situação familiar, duração da medida, historial de delinquência e motivo da medida	25
2. Relação entre Auto-eficácia, Autodeterminação e Bem-estar Psicológico	27
3. Auto-eficácia, Autodeterminação, Bem-estar Psicológico e Delinquência	27
<b>IV – Discussão</b>	29
Auto-eficácia, Autodeterminação e Bem-estar Psicológico	32
Auto-eficácia, Autodeterminação, Bem-estar Psicológico e Delinquência	33
Influência da idade, etnia, escolaridade e situação familiar nas variáveis associadas à delinquência	35
<b>Conclusões</b>	39
<b>Referências bibliográficas</b>	43
<b>Anexos</b>	52

## **Introdução**

Quase diariamente, e de forma cada vez mais preocupante, somos confrontados com episódios de delinquência perpetrados por adolescentes. Em pleno desenvolvimento identitário, estes adolescentes parecem ter uma necessidade de confronto das regras, valores, princípios, em níveis e com contornos que ultrapassam o socialmente aceitável. No entanto, nem todos os adolescentes apresentam condutas anti-sociais. E os que as apresentam não o fazem da mesma maneira nem pelos mesmos motivos, o que conduz necessariamente a uma reflexão sobre que factores podem oferecer-se, ou não, como elementos-chave na compreensão de percursos mais ou menos desviantes.

No processo de reabilitação destes jovens, e para além de um trabalho de reorganização interna no sentido de apoiar a construção de uma identidade mais positivamente definida, torna-se fundamental conhecer e diminuir os factores de risco, ou pelo menos neutralizá-los, e estimular a presença e actuação de factores protectores. A família e a comunidade assumem-se como contextos muito significativos na forma como as crianças e os adolescentes são capazes de desenvolver uma auto-estima positiva, um auto-controlo, um temperamento afectuoso e flexível, uma disciplina, persistência e determinação na resolução de problemas, bem como de evidenciar um optimismo que lhes dá sentido à vida e os orienta para as tarefas que devem realizar (Garmezy, 1985, citado por Assis et al., 1999).

É neste enquadramento que pontuamos como interessante a exploração dos conceitos de auto-eficácia, autodeterminação e bem-estar psicológico, em jovens que cometeram delitos tipificados como crime e que, mercê da sua gravidade ou da falta de um enquadramento sócio-familiar protector, se encontram inseridos em centro educativo. Supomos que um indivíduo que se sinta autor das suas próprias escolhas, suficientemente competente para as pôr em prática e

positivo quanto a si mesmo e à sua vida no geral, enfrente e lide com episódios frustrantes sem romper com o que é socialmente aceitável. É também crível que a promoção destas características tornem o indivíduo mais responsivo, aderindo mais eficazmente à intervenção de que é alvo.

## **I – Enquadramento teórico**

### **1. Delinquência e adolescência**

A delinquência na adolescência não é um fenómeno novo, embora se assista, actualmente, à sua crescente exposição mediática e concomitante agravamento da preocupação sentida nos mais variados espaços sociais.

Em termos jurídicos, fala-se em delinquência quando se está perante uma diversidade de infracções que são legalmente sancionadas e que, quando cometidas por menores, remetem para o conceito de delinquência juvenil (Selosse, 2001). Este é um conceito controverso pois, não só os comportamentos delinquentes podem assumir diferentes formas, dependendo da origem social, da idade e do sexo dos infractores (Selosse, 2001), como a própria rotulagem de delinquência depende da época e do contexto sociocultural em que ocorre (Carvalho, 2003).

Actualmente, o conceito de «delinquência juvenil» surge como uma construção social e institucional em torno da qual se reúnem definições e ideias sobre situações e comportamentos que contrastam com o conceito ideal de infância e juventude. De certo modo, a delinquência juvenil é definida a partir das leis, das práticas e das crenças que governam as instituições responsáveis social e legalmente pelo controlo e tratamento do comportamento considerado delincente e de outros problemas juvenis. De qualquer forma, a delinquência juvenil reporta-se a comportamentos que os jovens têm para com outros, de forma isolada ou em grupo, e que se assumem como uma violação das regras e normas sociais.

A gravidade dos comportamentos delinquentes é variável. Alguns são graves na medida em que desafiam, de forma notória, valores sociais e institucionais; outros são mais triviais, mas são considerados suficientemente ofensivos para justificar uma intervenção legal (Ferreira, 1997).

Num sentido amplo, a delinquência juvenil refere-se a todo o tipo de infracção criminal que ocorre durante a infância e a adolescência. Num sentido mais restrito, a delinquência envolve o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometem infracções criminais ou que se encontram em situações potencialmente delinquentes (Ferreira, 1997). Embora estes comportamentos desviantes e desajustados possam não constituir, em rigor, infracções criminais, remetem, no entanto, para a mesma realidade social que o conceito de “delinquência juvenil” procura descrever e caracterizar. Segundo Coimbra de Matos (2002), a delinquência tem sido considerada como uma perturbação da personalidade, marcada pela incapacidade do sujeito em representar um objecto interno suficientemente estável que suporte a ansiedade e a frustração impostas pela realidade. No entanto, há que ter em consideração que a transgressão das regras socialmente instituídas nem sempre significa uma alteração psíquica, podendo variar entre um simples apelo, de carácter transitivo e reactivo, e a expressão dos conflitos de uma perturbação psicopatológica. Assim sendo, observada por este prisma, a delinquência não deve ser considerada como uma doença ou síndrome *per se*, mas sim como um sintoma.

No entanto, a investigação mostra que há uma certa normatividade dos comportamentos delinquentes na adolescência (Marcelli & Braconnier, 2004).

As primeiras manifestações de delinquência tendem a surgir antes da puberdade, sendo que é por volta dos 7-9 anos que surgem os primeiros sinais de conduta anti-social, vindo estes a tomar a forma de pequenos delitos. Mais tarde, entre os 13 e os 18 anos, cerca de

metade dos jovens admite o roubo e algum tipo de destruição de propriedade, sendo que a frequência destes comportamentos tende a diminuir com o aumento da idade (entre os 12 e os 16 anos) (*idem, ibidem*).

Com efeito, a adolescência corresponde a uma etapa desenvolvimental marcada por transformações radicais de carácter físico, social e psíquico e habitualmente assumida como um período de experimentação, onde a irreverência e a contestação se assumem como desafios à ordem estabelecida e ensaios de definição de um espaço de negociação e autonomização. A própria experimentação de drogas ou a realização de comportamentos ditos proibidos assume-se como um comportamento de abertura à novidade e de teste de limites que caracteriza esta etapa desenvolvimental e que exige do envolvimento familiar e social uma resposta clara.

Não sendo os seus limites rigorosamente definidos, a adolescência inicia-se com as transformações próprias da puberdade (aproximadamente aos 12 anos) e termina com a entrada na vida adulta (aproximadamente aos 20 anos). E desta etapa da vida destacam-se principalmente a maturação dos órgãos reprodutores, alterações no corpo que aproximam o indivíduo da forma que terá na vida adulta, a emergência do pensamento formal, uma maior autonomia face às figuras parentais, o alargamento das relações sociais com os pares, alterações no relacionamento com o sexo oposto, a construção de projectos de carreira e de valores e, finalmente, a construção de uma identidade positiva (Erikson, 1976). Erikson considera que, nesta fase do ciclo vital, o indivíduo experiencia uma crise ou conflito entre a identidade positiva e a confusão da identidade. A construção da identidade é, então uma tarefa crucial na adolescência, na medida em que o *eu* é chamado a operar uma recapitulação do conjunto das identificações da infância, com vista a integrá-las numa identidade que permitirá enfrentar as tarefas da vida adulta. A identidade está ligada à representação que

temos de nós próprios e ao sentimento de sermos um *eu* com características próprias, diferentes dos outros *eus*.

A construção de uma identidade positiva pressupõe a assunção da continuidade temporal do *eu*, a demarcação das imagens parentais interiorizadas e o comprometimento com escolhas que garantem a coerência do *eu* (principalmente através das opções escolares e profissionais, polarização sexual e compromissos ideológicos de carácter político, religioso ou social). Nos jovens que exibem condutas anti-sociais o processo de construção da identidade parece ter ficado comprometido pois, em vez de uma identidade positiva, os jovens parecem ter caminhado no sentido de uma identidade negativa (Claes, 1985; Erikson, 1976).

Vários autores tentaram já fornecer explicações para o facto de a adolescência ser o período da vida em que os indivíduos tendem a assumir mais e maiores comportamentos de risco. Os factores a considerar são variados, entre variáveis biológicas, comportamentais e cognitivas individuais e variáveis contextuais, como características familiares, sócio-culturais e experiências de vida negativas (Rutter, Giller & Hagel, 1998). Arnett (1992) e Jessor (1992) sugerem que muitas das condutas temerárias, como conduzir sob o efeito do álcool, consumir abusivamente drogas legais e ilegais, ter relações sexuais precocemente sem qualquer protecção e praticar actos delinquentes, que parecem ser mais comuns na adolescência do que em qualquer outro período da vida, radicam na necessidade extrema de procura de sensações fortes. A necessidade de procurar emoções fortes parece corroborada pelo facto de várias medidas biológicas com ela relacionadas, nomeadamente certos indicadores hormonais, atingirem o pico no período da adolescência (Elkind, 1972). Porém este facto não explica por que é que maioria dos adolescentes não se envolve neste tipo de condutas.

Elkind (1972) considera que os adolescentes parecem exhibir dificuldades em diferenciar os seus pensamentos e sentimentos dos

pensamentos e sentimentos dos outros, tendendo a acreditar que os outros estão preocupados com o seu comportamento e aparência. Deste modo, constroem o que o autor designou por uma audiência imaginária que os conduz a acreditar que existe algo de único e especial nas suas vidas, alvo da preocupação e admiração dos outros. Isto, por sua vez, conduz ao facto de o jovem acreditar no carácter excepcional da sua vida que o torna invulnerável às consequências dos comportamentos de risco (Elkind, 1972). Alguns estudos empíricos parecem confirmar esta tendência, na medida em que defendem que os jovens avaliam a probabilidade das consequências nefastas dos comportamentos de risco dos outros de forma diferente do modo como avaliam os seus próprios comportamentos de risco. Atribuem, portanto, uma menor probabilidade de consequências nefastas aos seus próprios comportamentos de risco do que aos dos outros (Arnett, 1992).

Na compreensão deste fenómeno, a geração mais recente de investigadores tende a privilegiar modelos mais complexos de compreensão da delinquência juvenil, que integram factores de risco, necessidades criminógenas, factores de protecção e responsividade do adolescente, atendendo também a outras variáveis de ordem individual e contextual. Segundo Hoge (2001), pesquisas elaboradas por autores como Andrews e Bonta (1998), Bartol (1995), Farrinton (1996), Kazdin (1987) e Thornberry (1998) (citados por Hoge, 2001) permitem destacar os antecedentes e determinantes psicossociais que podem aumentar a probabilidade do jovem incorrer em condutas de risco e, inclusivamente, reincidir nesses mesmos crimes. Os factores de risco que detém um poder preditivo mais significativo podem ser organizados de acordo com o disposto na tabela 1.

De forma semelhante, as necessidades criminógenas que levam o adolescente a manter um registo comportamental anti-social podem organizar-se segundo seis factores: família disfuncional, pares anti-sociais, abuso de drogas, valores anti-sociais, personalidade anti-

social e baixo auto-controlo. Segundo Taxman, Shepardson e Byrne (2004), famílias disfuncionais, onde escasseiam modelos positivos, constituem um ambiente propício à aprendizagem precoce de comportamentos anti-sociais, como a prática de crimes e o consumo de substâncias ilícitas. Do mesmo modo, as comunidades que não se regem por valores e princípios morais pró-sociais contribuem para o tipo de conduta comportamental em questão. A associação a grupos de pares com condutas criminosas também aumenta a probabilidade de reincidência, pois a pressão existente no sentido de todos se comportarem da mesma forma, em prol do sentimento de pertença ao grupo, leva à quebra de variadas regras social e juridicamente instituídas. O abuso de substâncias ilícitas, pelos seus efeitos psicotrópicos e pelas exigências financeiras que o seu consumo comporta, também se encontra relacionado com os comportamentos criminógenos (Taxman, Shepardson & Byrne, 2004). Certos traços de personalidade (insensibilidade, falta de responsabilidade sobre os próprios actos e falta de remorso/culpa) e uma capacidade de auto-controlo baixa facilitam as práticas ilegais. (Taxman, Shepardson & Byrne, 2004).

No que concerne a determinantes que permitem níveis mais elevados de responsividade e factores de protecção que atenuam o efeito dos factores de risco, permitindo assim explicar muitas situações em que os jovens em situação de aparente alto risco não incorrem nas condutas anti-sociais, autores como Jessor (1992, citado por Martins, 2005) e Andrews e Bonta (1998, citados por Hoge, 2001) destacam os seguintes factores: nível elevado de inteligência, qualidade da escola e valorização/envolvimento bem sucedido em actividades nela integradas, boa relação e coesão familiar, disponibilidade dos recursos comunitários e disponibilidade de adultos interessados nos problemas dos jovens, presença de modelos para o comportamento social ajustado e presença de controlos elevados, associação a grupos de pares pró-sociais, maturidade emocional,

atitudes e crenças pró-sociais, valorização da saúde, intolerância face ao desvio e também a frequência de um culto religioso e actividades extracurriculares positivas.

Tabela 1. Factores de risco mais fortemente associados à delinquência juvenil

<p><b>Comunidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>privação económica</li> <li>desorganização da comunidade</li> <li>disponibilidade de drogas</li> <li>atitudes e crenças pró-criminais</li> </ul>	<p><b>Relações extra-familiares</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>associação a pares anti-sociais</li> <li>integração em gangs</li> <li>mau aproveitamento dos tempos livres</li> </ul>
<p><b>Família</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>estatuto socioeconómico baixo</li> <li>condições de vida instáveis</li> <li>família numerosa</li> <li>conflitos éticos/culturais</li> <li>progenitores e/ou irmão com comportamentos criminal/anti-sociais</li> <li>violência e conflitos familiares</li> </ul>	<p><b>Ambiente escolar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>baixo rendimento escolar</li> <li>fraco compromisso com a escola</li> <li>atitudes negativas perante a escola</li> <li>abstenção escolar</li> </ul>
<p><b>Parentalidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>relação pai-filho negativa</li> <li>parentalidade abusiva</li> <li>supervisão inadequada</li> <li>técnicas de disciplina inapropriadas</li> <li>afastamento dos progenitores</li> <li>história de alcoolismo e toxicoddependência</li> </ul>	<p><b>Personalidade/Comportamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>historial de perturbações de conduta</li> <li>género masculino</li> <li>roubar, mentir</li> <li>abuso de álcool/drogas</li> <li>personalidade agressiva</li> <li>agressividade física</li> <li>hiperactividade/impulsividade/</li> <li>défice de atenção</li> <li>necessidade de chamar a atenção</li> <li>baixos níveis de inteligência</li> <li>baixo auto-controlo</li> </ul>
	<p><b>Atitudes/Valores/Crenças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>atitudes e crenças anti-sociais</li> </ul>

Fonte: adaptação de Hoge, 2001, p. 82-83

## 2. Auto-eficácia e adolescência

São vários os estudos que afirmaram que a auto-eficácia é determinante para se ter um comportamento pró-social. Este construto consiste na “crença na nossa capacidade para organizar e executar as linhas de acção requeridas para produzir certas realizações” (Bandura,

2002) e foi desenvolvido pela pesquisa de Bandura sobre a teoria de funcionamento humano sócio-cognitivo (1997, citado por Pajares & Urdan, 2006).

De acordo com esta teoria, a auto-eficácia influencia o nível de auto-regulação adoptado pelo indivíduo que, de acordo com a sua expectativa de eficácia, vai definir o esforço que vai despende e o tempo durante o qual vai persistir face ao obstáculo até obter o resultado pretendido (Bandura, 2002). Desta forma, pretendendo ser bem sucedido, o indivíduo evita situações que desafiem as suas competências e envolve-se em tarefas que estejam dentro dos seus limites, sendo que quanto mais forte for a sua percepção de eficácia, mais activo será o seu esforço (Bandura, 1977, citado por Pajares & Urdan, 2006).

No que concerne à auto-eficácia nos adolescentes, a família constitui o primeiro meio de informação para o reforço, ou não, da percepção de eficácia manifestado por intermédio da sua dependência em relação ao subsistema parental (Bandura, Barbaranelli, Caprara, & Pastorelli, 1996). Os pares e a escola são igualmente importantes para o aumento da auto-eficácia (Bandura, 1997), pois é a partir das relações criadas e mantidas e da avaliação de desempenho feita pelos professores que a percepção da eficácia pode ser validada e incentivada.

As mudanças físicas e psicológicas associadas à puberdade, à busca de identidade pessoal e às transições ambientais, próprias deste período de desenvolvimento, tendem a afectar a confiança do adolescente cujos níveis de auto-eficácia baixam dificultando a superação bem sucedida das tarefas específicas a esta fase (Bandura, Barbaranelli, Caprara, & Pastorelli, 1996).

Porém, de acordo com Bandura (2002, citado por Pajares & Urdan, 2006), o papel da auto-eficácia na explicação do comportamento deve ser compreendido de forma mais abrangente, atendendo a outras particularidades que afectam a acção do sujeito. A

auto-eficácia, reflecte-se, por exemplo, na valência emocional, isto é na forma como o adolescente se ajusta à situação, contendo ou exprimindo as suas emoções (Caprara et al., 2008). A auto-eficácia influencia significativamente a regulação das emoções negativas, na medida em que o indivíduo acredita ter capacidade para melhorar o seu estado emocional negativo e para não se deixar dominar por emoções como raiva e irritação (Caprara et al., 2008). Quanto às emoções positivas, o indivíduo com níveis elevados de auto-eficácia, permite-se assim mesmo demonstrar emoções como alegria, entusiasmo e orgulho, em resposta a eventos bem sucedidos. Caprara e colaboradores (2008) referem que, em situações de *stress*, os indivíduos que não conseguem modular as suas emoções negativas, e que revelam baixos níveis de auto-eficácia, exteriorizam-nas de forma inapropriada, com raiva, medo, ansiedade, depressão, comportamentos evitantes ou comportamentos que rompem com as normas sociais.

### **3. Autodeterminação e adolescência**

Entre os vários determinantes que levam os adolescentes a delinquir interessa compreender as fontes motivacionais que os orientam na tomada de certo tipo de decisões que, por sua vez, os conduzem a comportamentos anti-sociais e respectivas consequências. A motivação é a razão pela qual uma pessoa toma determinadas decisões e adopta certo tipo de atitudes, direccionando assim os seus objectivos. Esta motivação pode ser intrínseca, sendo a pessoa autodeterminada na realização de uma actividade, ou extrínseca, quando há alguma pressão ou recompensa externa. (Guimarães & Boruchovitch, 2004).

A teoria da autodeterminação tem-se debruçado, nos últimos 30 anos, sobre o desenvolvimento da personalidade saudável e da auto-regulação autónoma, considerando e enfatizando as fontes motivacionais. Esta macroteoria acredita que as tendências naturais para o crescimento e as necessidades psicológicas interagem com as

condições sociais que nutrem ou frustram essas fontes motivacionais naturais, interferindo nas percepções pessoais de competência, autonomia e vínculo (Guimarães & Boruchovitch, 2004; Ryan & Deci, 2000).

Segundo a perspectiva organísmica da motivação<sup>1</sup> (Deci & Ryan, 1985), os comportamentos não podem ser divididos em elementos mais simples e combinam-se, construindo padrões de forma descontínua. Estes comportamentos são causados pelo ser humano que tem poder de escolha sobre si próprio - autodeterminação.

A autodeterminação é, então, “a qualidade do funcionamento humano que envolve a experiência de escolha, ou seja, a experiência de uma percepção interna no *locus* de causalidade. (...) Autodeterminação é a capacidade de escolha, ao contrário de reforços contingentes, instintos, ou qualquer outro tipo de força ou pressão” (Deci & Ryan, 1985, p.38).

A base inicial para a Teoria da Autodeterminação é a concepção do ser humano como organismo activo, dirigido para o crescimento, para o desenvolvimento global do *self* e para integração em estruturas sociais. Assim sendo, este ser, curioso, persistente e auto-motivado, de forma voluntária, pretende o desenvolvimento e exercício de capacidades/talentos, a procura e manutenção de vínculos sociais e a obtenção de um sentido unificado do *self* por meio da integração das experiências intra e interpessoais (Deci & Ryan, 1985).

---

<sup>1</sup> De entre os vários modelos metateóricos que caracterizam as abordagens da motivação humana encontram-se os modelos mecanicista e organísmico. Contrariamente ao modelo organísmico, a perspectiva científica subjacente ao modelo mecanicista, é a da ciência natural. Neste caso, a relação entre comportamentos simples e complexos é reducionista (comportamentos complexos podem ser divididos em outros mais simples) e aditiva (os comportamentos somam-se para formar outros mais complexos). De acordo com este paradigma, o comportamento muda e o desenvolvimento processa-se num padrão contínuo, sendo que os níveis de desenvolvimento diferem quantitativamente. De acordo com este modelo, o ser humano é considerado um organismo passivo e condicionado pelo ambiente (Deci & Ryan, 1985).

Deste modo, a pessoa com maiores níveis de autodeterminação é autora das suas próprias acções, tem ambições, persiste face a obstáculos, opta entre variadas opções de acção que é capaz de criar, aprende com as suas falhas e, no geral, tem uma maior sensação de bem-estar (Ryan & Deci, 2000).

A adolescência é a fase da vida em que o indivíduo se começa a descobrir a si mesmo, a explorar novos papéis e a lidar com variadas transformações desenvolvimentais a nível cognitivo, emocional e social. Entre os processos mais significativos, encontram-se os de individuação e separação, a partir dos quais os adolescentes tendem a diminuir a sua dependência face às figuras parentais em prol de uma maior autonomia (Nota, Soresi, Ferrari & Wehmeyer, *in press*).

A investigação tem mostrado que maiores níveis de controlo psicológico exercido pelos adultos, dificultando o movimento centrífugo face ao seio familiar, estão associados a um efeito de inibição no que diz respeito à autodeterminação dos adolescentes (Grolnick et al., 1997; Soenens & Vansteenkiste, 2005; citados por Nota et al., *in press*).

Em termos de manutenção de comportamentos pró-sociais, a autodeterminação desempenha um papel crucial, pois, de acordo com estudos recentes (Hardre & Reeve, 2003; Standage et al., 2003; Guay et al., 2003; citados por Nota et al., *in press*), existe uma forte relação entre a autodeterminação e a permanência na escola, a persistência face às dificuldades próprias do meio escolar, o envolvimento em actividades construtivas de lazer e a propensão para efectuar escolhas caracterizadas por uma maior perseverança, iniciativa e maior investimento no futuro. Além disso, níveis mais elevados de autodeterminação e autonomia estão associados a um funcionamento psicológico mais positivo, enquanto níveis mais baixos estão associados a factores mais negativos, tais como sentimentos de depressão e evitamento ou procrastinação em eventos importantes (e.g. procura de emprego) (Ryan & Deci, 2000).

#### 4. Bem-estar psicológico e adolescência

A definição de bem-estar psicológico emergiu da evolução do conceito de bem-estar (global) que, por sua vez, já se destacara do conceito de bem-estar material (inicialmente, associado aos estudos de economia). Por volta dos anos 80, resultado da ampla utilização do conceito de bem-estar por investigadores de várias áreas da Psicologia, os seus contornos tornaram-se arbitrários e pouco consensuais (Galinha & Ribeiro, 2005). Segundo Novo (2003, citado por Galinha & Ribeiro, 2005), esta divergência conduziu à separação de duas perspectivas do bem-estar: o bem-estar subjectivo, que integra as dimensões de afecto e satisfação com a vida; e o bem-estar psicológico que constitui outro campo de estudo, fundado por Ryff (1995; citado por Garcia & Siddiqui, 2008), e que integra os conceitos de auto-aceitação, autonomia, controlo sobre o meio, relações positivas, propósito na vida e desenvolvimento pessoal (Garcia & Siddiqui, 2008).

O bem-estar psicológico pode ser descrito como o grau em que cada pessoa julga a qualidade da sua vida favoravelmente. A sensação de bem-estar está intimamente ligada à forma como o indivíduo é capaz de lidar e absorver a ocorrência de episódios da sua vida. Uma ruptura na sensação de se sentir psicologicamente bem pode estar associada a uma fragilidade relativa à superação de acontecimentos causadores de *stress* nas esferas pessoal, social ou cultural. Tal tende a afectar os comportamentos e a percepção do sujeito (relativamente à sua saúde, por exemplo), trazendo sofrimento (Schmuck & Sheldon, 2001).

Entre os acontecimentos stressantes capazes de condicionar, de forma mais significativa, a sensação de bem-estar psicológico estão a morte de uma pessoa importante para o indivíduo, o desemprego, a separação conjugal, o roubo e doenças na família. Já o casamento, hábitos religiosos e a prática de exercício físico estão associados a um maior nível de bem-estar psicológico (Schmuck & Sheldon, 2001).

Conforme os estudos de Caffray e Schneider (2000), os adolescentes com mais comportamentos de risco tendem a apresentar níveis mais baixos de bem-estar psicológico. De facto, adolescentes com condutas anti-sociais desenvolvem mais estratégias cognitivas para minimizar o pensamento acerca das consequências negativas do seu comportamento. Em termos de *coping*, respostas agressivas, perante situações que ocasionam tensão emocional, são usuais pois, deste modo, o foco perturbador original é desviado, havendo alívio da sensação aversiva. Este é um comportamento que, embora possa ser considerado como funcional em termos cognitivos e emocionais, a curto prazo, tem largos custos em termos de bem-estar psicológico a longo prazo, repercutindo-se física e/ou psicologicamente em prejuízos pessoais ou de terceiros.

## **II – Estudo Empírico**

### **1. Objectivos**

Assumindo-se como um estudo exploratório, este trabalho procura, desde logo, perceber não só a utilidade de explorar a articulação entre auto-eficácia, auto-determinação, bem-estar psicológico e comportamento delinvente como pretende, também, contribuir para uma primeira exploração da adequação de alguns instrumentos de avaliação de tais construtos em delinquentes adolescentes.

Tendo sido prevista a sua articulação com um estudo de maior envergadura<sup>2</sup>, esta investigação foi inicialmente desenhada no sentido de poder comparar uma amostra de adolescentes delinquentes, internados em centro educativo, e duas amostras, emparelhadas, da

---

<sup>2</sup> Mais concretamente, de uma investigação de doutoramento em que se pretende, entre outros objectivos, estudar a forma como a auto-determinação, auto-eficácia e bem-estar psicológico se associam, ou não, a percursos individuais de risco psicossocial e podem ser alterados pela existência e acção de um processo de tutoria formal.

população geral, sendo que uma delas integrava adolescentes com um percurso de escolar de risco (marcado por insucesso reiterado e risco de abandono escolar). Problemas decorrentes da validação dos instrumentos usados para a população portuguesa fizeram atrasar o referido estudo e inviabilizar a utilização de tais amostras de comparação.

Apesar das muitas limitações de que a actual investigação enferma, entendeu-se, mesmo assim, poder apresentá-la e discuti-la na medida em que ela pode oferecer-se como um terreno de reflexão para estudos futuros.

De acordo com a literatura revista, espera poder encontrar-se evidência de relação entre auto-eficácia, autodeterminação e bem-estar psicológico. Com este estudo pretende explorar-se também se adolescentes que acreditam ser capazes, que exercem a sua possibilidade de escolha atitudinal e que estão convictos de que dispõem de recursos intrínsecos e saúde física e psicológica (entre outros determinantes), apresentam percursos menos graves de delinquência. Esta é uma variável complexa e difícil de medir mas procurar-se-á ter uma aproximação da mesma a partir da duração da medida tutelar educativa (MTE) actual, do historial de delinquência e do motivo da intervenção tutelar.

Tendo em conta as características associadas à adolescência, nomeadamente, certos factores de risco anteriormente discutidos, é ainda propósito do presente trabalho, observar, qual a influência de outras variáveis, como a idade, nível de escolaridade, situação familiar e etnia nas variáveis anteriormente referidas.

Na Figura 1 encontram-se esquematizados os objectivos deste estudo.

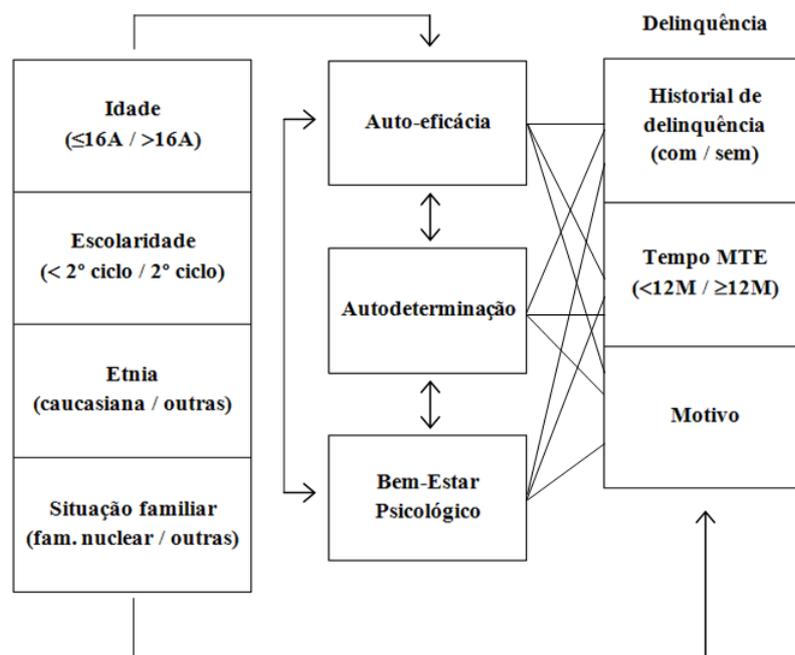


Figura1. Esquema conceptual do estudo

## 2. Metodologia

### 2.1. Amostra

A amostra<sup>3</sup> utilizada foi uma amostra de conveniência, constituída pela população institucionalizada no Centro Educativo dos Olivais (CEO). Participaram 33 jovens, rapazes, em processo de cumprimento de medida cautelar de guarda ou medida de internamento na referida instituição<sup>4</sup>. Com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos, apresentaram uma média etária de 16.52 anos (DP=1.372),

Relativamente ao nível de escolaridade (definido em função do último ano aprovado com sucesso), 6 adolescentes (18.2%) têm a

<sup>3</sup> Características gerais da amostra podem ser consultadas em anexo (Anexo 1)

<sup>4</sup> A Lei Tutelar Educativa abrange menores com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, prevendo, no entanto, que os adolescentes possam ser abrangidos pelas medidas tutelares educativas até aos 19 anos de idade. Este limite de idade, por vezes, pode ser ultrapassado aquando da decorrência concomitante de múltiplos processos, alguns deles referentes até ao direito penal.

escolaridade primária, 7 (21.2%) o 5º ano, 10 (30,3%) concluíram o 6º ano, 7 (21.2%) concluíram o 7º ano e apenas 3 (9.1%) fizeram o 8º ano de escolaridade.

Quanto à etnia/nacionalidade dos jovens inquiridos, 22 (66.7%) são de etnia caucasiana, 8 (24.2%) de etnia africana, 2 (6.1%) cigana e um (3%) de nacionalidade romena.

No que diz respeito às pessoas com quem viviam antes de serem institucionalizados no CEO, 19 (57.6%) dos jovens viviam no seio da família nuclear (pais, irmãos), 6 (18.2%) estavam institucionalizados, 5 (15,2%) viviam com outros familiares (avós, tios), 2 (6.1%) tinham sido acolhidos (sem recorrer às vias legais) por vizinhos ou amas e um (3%) vivia em prédios abandonados onde co-habitavam jovens da mesma idade.

Relativamente ao comportamento delinquencial destes jovens, 18 (54.5%) não apresentava registo de medidas tutelares anteriores, enquanto os restantes 15 (45.5%) apresentavam. A maioria, ou seja 17 jovens (51.5%), estava acusada de crime contra a propriedade; dos restantes, 11 (33.3%) estavam acusados de crime contra a integridade física, 3 (9.1%) de crime contra a liberdade sexual e 2 (6.1%) de crime de droga. No que concerne à duração da medida, 16 dos participantes (48.5%) cumpria até 12 meses (inclusivamente) e 17 (51.5%) cumpria mais de 12 meses de institucionalização.

## **2.2. Instrumentos<sup>5</sup>**

### **2.2.1. Ficha para caracterização da amostra**

Os dados sócio-demográficos (idade, escolaridade, com quem vivia antes do internamento em CE, etnia, comportamento delinquente e medidas tutelares educativas) dos participantes foram recolhidos através de uma *Ficha para caracterização da amostra*, elaborada

---

<sup>5</sup> A bateria de escalas utilizada nesta investigação pode ser consultada em anexo (Anexo 2).

especificamente para este estudo.

**2.2.2. Questionário Como eu sou** (Sherer, Maddux, Mercandante, Prentice-Dunn, Jacobs & Rogers, 1982; Tradução e adaptação de Ribeiro, 1995)

Para analisar a **auto-eficácia**, utilizou-se o questionário *Como eu sou*, baseado no *Self-Efficacy Scale*, de Sherer et al. (1982, citado por Ribeiro, 1995), que constitui uma medida de auto-eficácia geral.

A versão portuguesa, da autoria de Ribeiro (1995), inclui 15 itens, escolhidos, com base na validade de conteúdo, de entre os 36 itens originais. No seu estudo, o autor identificou três factores: 1) "iniciação e persistência" (IP), 2) "eficácia perante a adversidade" (EPA), 3) "eficácia social" (ES). As respostas são dadas numa escala tipo *Lickert* de 7 pontos. As pontuações podem ser utilizadas como um perfil das diferentes subescalas ou como uma nota global. Quanto mais baixa for a pontuação, menor a percepção de eficácia (Ribeiro, 1995).

A subescala definida pelo primeiro factor qualifica a apreciação que o indivíduo faz acerca da sua vontade para iniciar e para completar uma acção. A segunda subescala avalia a vontade para persistir numa actividade perante situações que são adversas. A terceira subescala qualifica as expectativas do respondente perante situações sociais. Os três factores explicam 52,9%, da variância total, provindo 34,5% do primeiro factor, 9,7% do segundo e 8,7% do terceiro, valores idênticos aos encontrados noutros instrumentos semelhantes utilizados na avaliação da auto-eficácia (Ribeiro, 1995).

O primeiro factor, iniciação e persistência (IP), inclui seis itens; o segundo factor, eficácia perante a adversidade (EPA), inclui cinco itens; o terceiro factor, eficácia social (ES), inclui quatro itens. A análise da consistência interna<sup>6</sup>, com recurso ao teste *alpha* de

---

<sup>6</sup> Ao longo da dissertação serão considerados como valores de referência os índices de consistência interna apresentados por Pestana e Gajreiro (2003), que sugerem valores de consistência interna inferiores a 0.60 como inadmissíveis; entre 0.61 e 0.70 como fracos:

Cronbach encontrou os seguintes valores:  $\alpha=0.80$  para o primeiro factor;  $\alpha=0.80$  para o segundo factor; e  $\alpha=0.60$  para o terceiro. O valor de  $\alpha$  para a escala total foi de 0.84, revelando características psicométricas apropriadas, nomeadamente quanto à sua consistência interna (Ribeiro, 1995).

Segundo Ribeiro (1995), o presente questionário, apesar de utilizar apenas 15 itens, possui melhores propriedades estatísticas do que o original.

Para o nosso estudo, o valor de  $\alpha$  para a escala total foi de 0.73, revelando características psicométricas razoáveis quanto à sua consistência interna (Pestana & Gajreiro, 2003). Dado o tamanho da amostra não foi possível realizar qualquer análise factorial, tendo-se calculado os valores de  $\alpha$  de Cronbach de acordo com os factores que integram a versão portuguesa anteriormente referida. Os valores encontrados foram de 0.50 no factor iniciação e persistência (IP), de 0.58 na dimensão de eficácia perante a adversidade, (EPA) e de -0.21 no factor eficácia social (ES), todos considerados valores inadmissíveis. Assim sendo, este estudo prossegue com a análise do construto de auto-eficácia considerando apenas o resultado total da escala ( $\alpha=0.73$ ).

### **2.2.3. Escala de Escolha Percebida para Crianças e Adolescentes** (Sheldon, K. & Deci, E., 1993; Tradução e adaptação de Simões & Alarcão, 2009)

Para medir a **autodeterminação** foi utilizada a escala de Escolha Percebida para Crianças e Adolescentes (EEPCA), originalmente uma subescala da Escala de Autodeterminação (Sheldon, 1995; Trash & Elliot, 2002), adaptada a partir da versão traduzida para a população portuguesa (Silva et al., 2007). As adaptações realizadas consistiram na reformulação da redacção dos

---

entre 0.71 e 0.80 como razoáveis; entre 0.81 e 0.90 como bons; e superiores a 0.90 como muito bons.

itens e da escala de resposta (reduzida de 9 para 5 pontos), de modo a facilitar a sua compreensão, por parte de crianças e adolescentes. Esta escala pretende avaliar em que medida os respondentes consideram as suas decisões e escolhas um resultado da sua própria iniciativa. A escala é constituída por 10 itens formulados de modo afirmativo, relativamente aos quais os sujeitos deverão posicionar-se de acordo com uma escala ordinal. Esta varia entre 1 (nunca) e 5 (sempre).

No âmbito da Teoria da Autodeterminação foram realizados diversos estudos com a versão original, em língua inglesa, deste questionário. As características psicométricas encontradas eram apropriadas, nomeadamente quanto à sua consistência interna, com valores de *alpha* de Cronbach que variam entre 0.86 e 0.92 (Sheldon, 1995). A versão adaptada para a população portuguesa apresenta para esta subescala um *alpha* de Cronbach de 0.85 (Silva et al., 2007) e de 0.80 na sua versão adaptada para crianças e jovens (Simões & Alarcão, informação disponível com os autores), o que é considerado admissível (Pestana & Gajairo, 2003).

Para o nosso estudo, os valores de *alpha* de Cronbach foram de 0.58 para a escala total (Quadro 1), revelando consistência interna inadmissível (Pestana & Gajairo, 2003). No entanto, o estudo das características métricas dos itens da escala revelou que o item 2 apresenta uma correlação estatisticamente não significativa ( $r^2=-0.13$ ;  $p>0.05$ ) com o total da escala e que a eliminação desse mesmo item faria aumentar a consistência interna da escala ( $\alpha=0.68$ ), um valor admissível ainda que teoricamente fraco (Pestana & Gajairo, 2003). Para além do seu conteúdo, a formulação do item 2 suscitou diversas questões, em termos de compreensão, o que pode ter contribuído para a sua baixa correlação com o total da escala. Assim sendo, procedeu-se à eliminação do item

Quadro 1. Características métricas dos itens da EEPCA (n=33)

Itens da EEPCA <i>alfa</i> de Cronbach = 0.58	<i>r</i> Item-Total	<i>p</i>	Correlação	<i>Índice <math>\alpha</math> de</i>
			Item-Total Corrigida	<i>Cronbach</i> ( <i>s/item</i> )
1. Sinto que sou eu a escolher aquilo que faço.	0.529	0.002	0.35	0.53
2. Por vezes sinto sentimentos que me são estranhos, como se não fossem meus.	- 0.125	0.490	-0.31	0.68
3. Faço as coisas que tenho de fazer por escolha própria.	0.634	0.000	0.44	0.50
4. Sinto que posso ser como sou.	0.466	0.006	0.24	0.56
5. Eu faço aquilo que faço porque me interessa.	0.580	0.000	0.41	0.51
6. Quando consigo algo, sinto que foi escolha minha.	0.499	0.003	0.29	0.54
7. Sinto-me livre para fazer as coisas que decido fazer.	0.679	0.000	0.49	0.48
8. Por vezes sinto que o meu corpo me é estranho, que não faz parte daquilo que sou.	0.459	0.007	0.21	0.56
9. Sinto-me livre para fazer aquilo que escolho fazer.	0.489	0.004	0.26	0.55
10. Por vezes, quando me olho ao espelho, sinto que vejo um estranho.	0.479	0.005	0.28	0.54

**2.2.4. Kidscreen-27** (Ravens-Sieberer, U. et al. & the European KIDSCREEN Group.; Tradução e adaptação: Tradução e adaptação: Gaspar & Matos, 2008)

Para medir o **bem-estar psicológico** utilizou-se o questionário Kidscreen-27. Este é um instrumento de avaliação da percepção da qualidade de vida relacionada com a saúde, em crianças e adolescentes saudáveis ou com situações de doença crónica, com idades compreendidas entre os 8 e os 18 anos. É uma versão reduzida do KIDSCREEN-52, do qual foram seleccionados 27 itens agrupados em 5 dimensões: Bem-estar físico, Bem-estar psicológico, Autonomia, Suporte social e Grupo de Pares e Ambiente Escolar (Gaspar & Matos, 2008).

Neste questionário, de auto-preenchimento, os sujeitos devem posicionar-se, perante os itens, considerando como correu a última semana. Existem 5 hipóteses de resposta para cada um dos itens, apresentadas em escalas de intensidade (variando entre nada e extremamente) e de frequência (oscilando entre nunca e sempre), consoante o item em questão.

O Kidscreen-27 apresenta valores de *alpha* de Cronbach que variam entre 0.80 e 0.84 para as diferentes subescalas que o constituem (Ravens-Sieberer et al., 2007). A versão portuguesa do Kidscreen-27 (Gaspar & Matos, 2008) tem sido utilizada em contexto de investigação, com níveis de consistência interna (*alpha* de Cronbach) de 0.89, portanto, bastante adequados (Simões & Alarcão, informação disponível com os autores).

No nosso estudo, os valores de *alpha* de Cronbach foram de 0.85 na dimensão Bem-estar físico, um valor de consistência interna bom, de 0.48 na dimensão de Bem-estar psicológico, o que é considerado inadmissível, de 0.64 no factor Autonomia, o que é considerado fraco, de 0.63 na dimensão de Suporte Social e Grupo de Pares, o que é considerado muito fraco e de 0.81 na dimensão de Ambiente Escolar, o que é considerado razoável. O valor de *alpha* para a escala total foi de 0.80, revelando características psicométricas aceitáveis, quanto à sua consistência interna (Pestana & Gajreiro, 2003).

Feito o estudo das características psicométricas dos itens das subescalas, o mesmo revelou que para a subescala de Bem-estar psicológico nenhum dos itens contribuiria, se retirado, para um aumento significativo do *alpha* da escala total (Quadro 2).

Quadro 2. Características métricas dos itens da subescala de Bem-estar psicológico do Kidscreen-27 (n=33)

Itens da kidBEP <i>alfa</i> de Cronbach = 0.48	$r^2$ Item-Total	<i>p</i>	Correlação	Índice $\alpha$ de
			Item-Total Corrigida	Cronbach (s/item)
6. A tua vida tem sido agradável?	0.322	0.067	0.338	0.382
7. Tiveste bom humor?	0.495	0.003	0.366	0.379
8. Divertiste-te?	0.454	0.008	0.451	0.328
9. Sentiste-te triste?	0.340	0.053	0.175	0.467
10. Sentiste-te tão mal que não quiseste fazer nada?	0.030	0.868	0.125	0.487
11. Sentiste-te sozinho?	0.041	0.819	-0.049	0.548
12. Sentiste-te feliz com a tua maneira de ser?	0.394	0.023	0.198	0.456

Revelou também que a eliminação do item 13 ( $r^2=0.36$ ;  $p<0.05$ ) faria aumentar a consistência interna da escala ( $\alpha=0.67$ ) (Quadro 3). De facto, o seu conteúdo foca um aspecto possivelmente ambíguo para esta população (duração longa da medida vs escassos períodos não estruturados e de privacidade/recolhimento), o que pode ter contribuído para a sua baixa correlação com o total da escala. Assim sendo, eliminou-se o referido item.

Quadro 3. Características métricas dos itens da subescala de Autonomia do Kidscreen-27 (n=33)

Itens da kidAut	$r^2$ Item-Total	$p$	Correlação Item-Total Corrigida	Índice $\alpha$ de Cronbach (s/item)
13. Tiveste tempo suficiente para ti próprio?	0.362	0.039	0.064	0.668
14. Foste capaz de fazer actividades que gostas de fazer no teu tempo livre?	0.493	0.004	0.202	0.641
15. Os TPRS e TSRS* tiveram tempo suficiente para ti?	0.325	0.065	0.532	0.538
16. Os TPRS e TSRS trataram-te com justiça?	0.172	0.339	0.407	0.580
17. Foste capaz de conversar com os TPRS e TSRS quando quiseste?	0.314	0.076	0.720	0.477
18. Tiveste dinheiro suficiente para fazeres as mesmas actividades que os teus amigos?	0.312	0.077	0.291	0.620
19. Tiveste dinheiro suficiente para as tuas despesas?	0.452	0.008	0.279	0.623

*Nota:* TPRS e TSRS - Técnicos Profissionais e Técnicos Superiores de Reinserção Social

O estudo feito revelou ainda que para a subescala de Suporte Social e Grupo de Pares a eliminação do item 23 ( $r^2=0.238$ ;  $p>0.05$ ) faria aumentar a consistência interna da escala ( $\alpha=0.68$ ) (Quadro 4). De facto, o seu conteúdo pode suscitar alguma confusão, na medida em que os respondentes alternam o seu foco entre os amigos feitos na instituição e os amigos feitos fora dela, o que pode ter contribuído para um valor baixo do *alpha*. Deste modo, procedeu-se à eliminação do referido item.

Atendendo aos valores de consistência interna destas três sub-escalas – um inadmissível (referente especificamente ao construto que pretendemos medir) e os outros fracos (referentes a factores

importantes do Bem-estar psicológico em termos globais) – passaremos a considerar apenas o valor global do questionário Kidscreen-27 ( $\alpha=0.80$ ).

Quadro 4. Características métricas dos itens da subescala de Suporte Social e Grupo de Pares do Kidscreen-27 (n=33)

Itens da kidSSGP <i>alfa de Cronbach = 0.63</i>	$r^2$ Item-Total	$p$	Correlação	<i>Índice <math>\alpha</math> de</i>
			Item-Total Corrigida	<i>Cronbach</i> <i>(s/item)</i>
20. Passaste tempo com os teus amigos?	0.357	0.042	0.392	0.579
21. Divertiste-te com os teus amigos(as)?	0.449	0.009	0.569	0.459
22. Tu e os teus/tuas amigos(as) ajudaram-se uns aos outros?	0.309	0.081	0.484	0.508
23. Sentiste que podes confiar nos teus/tuas amigos(as)?	0.238	0.182	0.238	0.682

### 3. Procedimentos

Após devida autorização concedida pela Excelentíssima Senhora Directora do Centro Educativo do Olivais, procedeu-se à recolha da informação necessária a este estudo.

As “fichas para caracterização da amostra” foram preenchidas com base no dossier processual de cada educando e noutras informações disponibilizadas pela instituição e pelos próprios participantes.

Aquando da aplicação dos restantes instrumentos, em situação de entrevista (situação de rotina no quotidiano dos participantes), foi, de forma sucinta, explicado o objectivo da investigação e garantida a total confidencialidade dos dados recolhidos. Após a anuência relativamente à participação solicitada, iniciou-se a aplicação do protocolo de investigação. Em virtude das dificuldades de leitura, escrita e compreensão apresentadas pela maioria dos respondentes, as questões e os respectivos modos de resposta foram lidos e explicados pelo investigador que também anotou as respostas dadas.

Dado o tamanho da amostra, recorreu-se a técnicas paramétricas de análise de dados, nomeadamente ao teste não paramétrico de

Wicoxon-Mann-Whitney, para estudar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos e ao coeficiente de correlação de Spearman, para estudo da associação entre variáveis<sup>7</sup>.

### III – Resultados

#### **1. Auto-eficácia, Autodeterminação e Bem-estar Psicológico: estudo das diferenças de idade, etnia, escolaridade, situação familiar, duração da medida, historial de delinquência e motivo da medida**

Pretendendo avaliar a existência de diferenças, ao nível da percepção da auto-eficácia, da autodeterminação e do bem-estar psicológico, entre diferentes condições sócio-demográficas e entre diferentes condições de delinquência, procedeu-se, dado o reduzido número de participantes em diferentes subcategorias das referidas variáveis, a uma reorganização das mesmas no sentido de considerar: a) para a variável idade, os sujeitos com 16 ou menos anos de idade e com mais de 16 anos; b) para a variável escolaridade, os sujeitos com menos do 2º ciclo e com o 2º ciclo de estudos; c) para a variável etnia, os sujeitos de etnia caucasiana e outras etnias; d) para a variável situação familiar, os sujeitos que habitavam, à data do internamento, com a família nuclear e os que viviam em situações familiares diferentes; e) para a variável duração da MTE, os participantes com medida até aos 12 meses, inclusive, e os com mais de 12 meses; f) para a variável medidas tutelares anteriormente cumpridas, os sujeitos sem historial de delinquência, os acusados da prática de crimes mais violentos (*e.g.*, crime contra a integridade física e crime contra a liberdade sexual) e os acusados da prática de crimes que não envolveram violência (*e.g.*, crime contra a propriedade e crime de droga).

De acordo com os resultados apresentados no Quadro 5, não se verificam diferenças na percepção da auto-eficácia, autodeterminação

---

<sup>7</sup> O nível de significância adotado para os vários estudos estatísticos efectuados foi de 5%.

e bem-estar subjectivo em função das variáveis sócio-demográficas estudadas pelo que, doravante se tratará a amostra como um único grupo ( $n= 33$ ), sem discriminação com base na idade, escolaridade, etnia ou situação familiar.

Quanto às variáveis relativas ao grau de delinquência (Quadro 6) foi possível observar diferenças estatisticamente significativas entre os adolescentes que cumprem medidas de maior e menor duração, ao nível dos valores obtidos na EEPCA ( $p=0.026$ ) e no Kidscreen-27 ( $p=0.009$ )<sup>8</sup>. Foram ainda detectadas diferenças estatisticamente significativas entre sujeitos com e sem MTEs cumpridas anteriormente, nos valores obtidos no Kidscreen-27 ( $p=0.028$ ).

Quadro 5. Auto-eficácia, autodeterminação, bem-estar psicológico e variáveis sócio-demográficas

	Idade		Escolaridade		Etnia		Sit. familiar	
	≤16A	>16A	<2º cic.	2º cic.	cauc.	outras	f. nuc.	outras
	(N=17)	(N=16)	(N=13)	(N=20)	(N=22)	(N=11)	(N=19)	(N=14)
	M-W	<i>p</i>	M-W	<i>p</i>	M-W	<i>p</i>	M-W	<i>p</i>
aeTOTAL	120.000	0.564	94.000	0.184	99.500	0.411	111.000	0.423
autodetTOTAL	126.500	0.732	81.000	0.070	81.500	0.130	108.500	0.371
kidTOTAL	118.000	0.516	122.000	0.785	114.000	0.789	105.500	0.316

**Legenda:** aeTOTAL = Auto-eficácia; autodetTOTAL = Autodeterminação; kidTOTAL = Bem-estar psicológico

Quadro 6. Auto-eficácia, autodeterminação, bem-estar psicológico e delinquência

	Duração da medida		Historial de delinquência		Motivo de medida	
	≤12M	>12M	com	sem	Violência	Não violência
	(N=17)	(N=16)	(N=18)	(N=15)	(N=14)	(N=19)
	M-W	<i>p</i>	M-W	<i>p</i>	M-W	<i>p</i>
aeTOTAL	106.000	0.279	134.500	0.986	118.000	0.585
autodetTOTAL	74.500	0.026	115.500	0.480	111.000	0.422
kidTOTAL	63.500	0.009	74.500	0.028	122.500	0.702

**Legenda:** aeTOTAL = Auto-eficácia; autodetTOTAL = Autodeterminação; kidTOTAL = Bem-estar psicológico

<sup>8</sup> Médias e desvios-padrão das variáveis relativas à delinquência em anexo (Anexo 3)

## 2. Relação entre Auto-eficácia, Autodeterminação e Bem-estar Psicológico

A avaliação da relação entre a Auto-eficácia (aeTOTAL), Autodeterminação (autodetTOTAL) e o Bem-estar Psicológico, (kidTOTAL) (Quadro 7), evidenciou que nenhuma das variáveis se encontra estatisticamente correlacionada entre si ( $p > 0.05$ ).

Quadro 7. Correlações entre os resultados de auto-eficácia, autodeterminação e bem-estar psicológico (N = 33)

	1	2	3
1. aeTOTAL	-	-	-
2. autodetTOTAL	0.040	-	-
3. kidTOTAL	0.107	0.306	-

**Legenda:** aeTOTAL = Auto-eficácia; autodetTOTAL = Autodeterminação; kidTOTAL = Bem-estar psicológico

## 3. Auto-eficácia, Autodeterminação, Bem-estar Psicológico e Delinquência

De acordo com o Quadro 8, verifica-se uma associação negativa baixa entre a percepção de autodeterminação total e a duração da MTE ( $r^2 = -0.393$ ;  $p < 0.05$ ), uma correlação negativa moderada entre a percepção de bem-estar psicológico e a duração da MTE ( $r^2 = -0.462$ ;  $p < 0.01$ ), e uma correlação baixa entre a percepção de bem-estar psicológico e o historial de delinquência ( $r^2 = 0.387$ ;  $p < 0.05$ ).

Quadro 8. Auto-eficácia, autodeterminação, bem-estar psicológico e delinquência (N = 33)

	duração	historial	motivo
1. aeTOTAL	-0.191	-0.003	-0.097
2. autodetTOTAL	-0.393*	-0.125	-0.142
3. kidTOTAL	-0.462**	0.387*	-0.068

**Nota:** \* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$

**Legenda:** duração = Duração da MTE; historial = Historial de delinquência; motivo = Motivo da MTE; aeTOTAL = Auto-eficácia; autodetTOTAL = Autodeterminação; kidTOTAL = Bem-estar psicológico

## 4. Influência da idade, etnia, escolaridade e situação familiar nas variáveis associadas à delinquência

Tendo em conta alguns factores de risco anteriormente

discutidos, procurou explorar-se a existência de possíveis diferenças nas variáveis associadas à delinquência em função das variáveis sócio-demográficas recolhidas. Aplicado o teste não paramétrico de Mann-Whitney foi possível observar que, relativamente à idade, os participantes apresentam diferenças estatisticamente significativas ao nível da ocorrência de medidas anteriores ( $p=0.024$ ). No que concerne à escolaridade existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da duração da MTE ( $p=0.020$ ) e do historial de delinquência ( $p=0.040$ ). Relativamente à etnia, os sujeitos apresentam diferenças estatisticamente significativas quanto à duração da MTE ( $p=0.015$ ) e do motivo da mesma ( $p=0.014$ ). Já para no que toca à situação familiar, é no historial de delinquência ( $p=0.002$ ) e no motivo da MTE ( $p=0.032$ ) que os sujeitos diferem significativamente (Quadro 9).

Quadro 9. Estudo da influência de variáveis sócio-demográficas na variável delinquência ( $N=33$ )

	Idade		Escolaridade		Etnia		Sit. familiar	
	$\leq 16A$	$>16A$	$<2^\circ$ cic.	$2^\circ$ cic.	cauc.	outras	f. nuc.	outras
	( $N=17$ )	( $N=16$ )	( $N=14$ )	( $N=19$ )	( $N=22$ )	( $N=11$ )	( $N=19$ )	( $N=14$ )
	M-W	$p$	M-W	$p$	M-W	$p$	M-W	$p$
duração	132.000	0.868	75.500	0.020	66.000	0.015	87.000	0.053
historial	82.000	0.024	82.000	0.040	121.000	1.000	61.000	0.002
motivo	116.000	0.400	89.000	0.078	66.000	0.014	82.500	0.032

**Legenda:** duração = Duração da MTE; historial = Historial de delinquência; motivo = Motivo da MTE

Importa ainda verificar como é que estas variáveis se relacionam. Observando o estudo de correlações realizado (Quadro 10) é possível verificar que a idade apresenta uma correlação estatisticamente significativa, negativa e moderada com o historial de delinquência ( $r^2 = -0.399$ ;  $p < 0.05$ ). A escolaridade também se correlaciona de forma negativa e moderada com a duração da MTE ( $r^2 = -0.410$ ;  $p < 0.05$ ) e de forma positiva mas com magnitude baixa com historial de delinquência ( $r^2 = 0.362$ ;  $p < 0.05$ ). A etnia mostrou uma correlação moderada com a duração da MTE ( $r^2 = 0.429$ ;  $p < 0.05$ ) e também com o motivo da MTE ( $r^2 = -0.434$ ;  $p < 0.05$ ), sendo para este

último negativa. A situação familiar apresentou correlações estatisticamente significativas, negativas e moderadas com o historial de delinquência ( $r^2 = -0.537$ ;  $p < 0.01$ ) e com o motivo da MTE ( $r^2 = -0.380$ ;  $p < 0.05$ ).

Quadro 10. Correlações entre idade, escolaridade, etnia e situação familiar e as variáveis relativas à delinquência ( $N=33$ )

	Idade		Escolaridade		Etnia		Sit. familiar	
	$\leq 16A$ ( $N=17$ )	$> 16A$ ( $N=16$ )	$< 2^\circ$ cic. ( $N=14$ )	$2^\circ$ cic. ( $N=19$ )	cauc. ( $N=22$ )	outras ( $N=11$ )	f. nuc. ( $N=19$ )	outras ( $N=14$ )
	$r^2$		$r^2$		$r^2$		$r^2$	
duração	-0.029		-0.410*		0.429*		0.342	
historial	-0.399*		0.362*		0.000		-0.537**	
motivo	-0.149		0.312		-0.434*		-0.380*	

*Nota:* \* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$

*Legenda:* duração = Duração da MTE; historial = Historial de delinquência; motivo = Motivo da MTE; aeTOTAL = Auto-eficácia; autodeTOTAL = Autodeterminação; kidTOTAL = Bem-estar psicológico

#### IV – Discussão

A discussão dos resultados não pode ser feita sem que antes se equacionem algumas limitações do estudo, dado que as mesmas obrigam não só a um especial cuidado nas afirmações que podemos produzir como podem ajudar a compreender alguns dos resultados obtidos.

Apesar de, genericamente, os participantes se terem mostrado cooperantes na resposta ao protocolo de investigação e de parecerem ter entendido as questões apresentadas, surgiram algumas hesitações que não podemos ignorar, particularmente na resposta aos itens que abordam questões menos comuns ou que implicam um nível de análise mais abstracta ou introspectiva. Com efeito, em certas questões é exigido aos participantes que reflectam acerca dos seus sentimentos, pensamentos e estados de humor e que concretizem essa análise de acordo com uma escala valorativa. A dificuldade da tarefa resulta não só do grau de abstracção exigido, mas também do *feedback* que produz, muitas vezes pouco suportável para o

adolescente, ou do receio de que algumas das respostas possam ser institucionalmente menos aceites. Apesar de ter sido garantida a confidencialidade dos dados, é possível que, por vezes, os participantes possam ter-se questionado sobre a adequação ou utilidade pessoal de dar uma resposta que institucionalmente poderia ser considerada menos adequada, podendo, dessa forma, optar por dar uma resposta socialmente mais correcta e menos próxima da sua própria experiência.

Assim, durante a aplicação do protocolo de investigação, foi visível que, algumas vezes, os participantes responderam em função de crenças que têm acerca de si e do sistema institucional em que estão inseridos. Respondem, então, de acordo com os “lemas da casa” – como, p.e., o da confiança entre pares no quadro da instituição – ou em oposição aos mesmos – caso se sintam traídos nos seus objectivos ou necessidades<sup>9</sup>. Também no âmbito da avaliação da autodeterminação, a afirmação de que “Ninguém manda em mim! Eu faço o que eu quero!” despertou uma resposta reactiva de afirmação de autonomia embora os mesmos adolescentes tenham posteriormente admitido que não têm liberdade para pôr em prática as suas escolhas. Estas respostas mais reactivas prendem-se, naturalmente, com a sua necessidade de desafio à autoridade e desejo de afirmação, aspecto normativo na adolescência (Silva, 2004) e acentuado em quem se vê limitado na sua liberdade.

A validade dos instrumentos utilizados, mais concretamente a sua fiabilidade ou consistência interna, pode ter sido ainda ameaçada pelo facto de alguns dos itens não estarem adaptados à realidade vivida na instituição<sup>10</sup>: com efeito, tendo como objectivo a “educação

---

<sup>9</sup> “Sentiste que podes confiar nos teus/tuas amigos(as)?” do Kidscreen-27 – sub-escala de Suporte social e grupo de pares

<sup>10</sup> *eg.*, “Tiveste dinheiro suficiente para as tuas despesas?”. Alguns dos educandos, por motivos disciplinares, perdem, temporariamente, o direito a retirar dinheiro do seu pecúlio.

para o direito”, muitas das decisões são, pelo menos numa fase inicial, tomadas pelo adulto, devendo o adolescente conformar-se às mesmas pois, caso contrário, será claramente penalizado. Numa instituição como o centro educativo, o adolescente não tem grande autonomia, ou liberdade de acção e capacidade de decisão. O controlo detalhado das actividades dos jovens institucionalizados é extremamente castrador e abala a capacidade de autodeterminação destes sujeitos (Goffmann, 1987, citado por Benelli, 2004). Daí que alguns itens suscitem certas ambiguidades, como é o caso do item da subescala de Autonomia do Kidscreen “Tiveste tempo suficiente para ti próprio?” (cuja eliminação fez aumentar o índice de consistência interna da respectiva subescala) que se refere a um “tempo” que, por um lado, existe em grandes quantidades mas que, por outro, não existe enquanto “tempo” para o próprio uma vez que estes períodos temporais não estruturados (tempos livres), que possibilitem momentos de uma maior privacidade ou recolhimento, estão institucionalmente muito limitados.

Decorre do que acabamos de afirmar a necessidade de novos estudos que possam continuar a explorar a adequação/validade dos instrumentos utilizados para o estudo e compreensão da percepção que estes jovens têm da sua auto-eficácia, autodeterminação e bem-estar subjectivo. Antes mesmo de qualquer alteração na formulação dos itens, parece-nos, no entanto, fundamental poder realizar novas aplicações, seguidas de uma reflexão falada (Goldman, 1971; citado por Pestana & Gajero, 2003). Consistindo na aplicação individual do questionário e no registo das opiniões dos respondentes sobre as impressões acerca de cada item, da forma como o interpretam, assim como das dificuldades encontradas, a reflexão falada poderá permitir um conhecimento mais detalhado da sua adequação aos objectivos pretendidos. Pretendendo aperfeiçoar a qualidade dos itens, para que sejam espontaneamente relacionados com as dimensões pretendidas, esta reflexão constitui um processo importante para a validação de conteúdo dos mesmos, pois possibilita garantir um melhor ajuste dos

itens à população em questão, quer a nível de conteúdo, quer da facilidade de leitura.

A possibilidade de aplicação de outras medidas que possam avaliar o mesmo tipo de construtos, numa lógica de avaliação da validade convergente, parece fundamental na exploração da validade das escalas e questionários que procuramos estudar. A possibilidade de aplicações com diferentes e mais alargadas amostras, nomeadamente com adolescentes com comportamentos delinquentes institucionalizados e não institucionalizados, poderá ajudar a perceber de que forma é que a dimensão contextual, nomeadamente a que se configura como privadora da liberdade, pode introduzir um viés que obriga a uma necessária adaptação da formulação dos itens para o contexto institucional.

O facto de esta investigação ter sido feita com apenas 33 adolescentes, de um mesmo centro educativo, relativamente homogéneos no que respeita a algumas das variáveis sócio-demográficas estudadas, constitui também uma limitação que não podemos esquecer na leitura e discussão dos resultados encontrados.

### **Auto-eficácia, Autodeterminação e Bem-estar Psicológico**

De acordo com Ryff (1995; citado por Leite, Paúl, & Sequeiros, 2002), o bem-estar psicológico pode ser compreendido a partir de várias componentes distintas, entre elas, acreditar nas próprias aptidões para lidar com as exigências complexas da vida diária e estar apto a seguir as suas convicções. Estas componentes figuram, respectivamente, nos conceitos de auto-eficácia e autodeterminação. No âmbito da Teoria da Autodeterminação, Deci e Ryan (1985, 2002) defendem que, para serem intrinsecamente motivadas, as pessoas necessitariam de se sentir competentes (o que pode associar-se à auto-eficácia) e autodeterminadas. Por sua vez, a motivação intrínseca é criadora de satisfação, suportando o crescimento, a integridade psicológica e coesão social, componentes inerentes ao bem-estar

psicológico (Deci & Ryan, 2000). A relação entre estas variáveis parece ainda reforçada pelo facto de que a sensação criada, de bem-estar e de um efectivo funcionamento do organismo, é conseguida através da satisfação de certas necessidades psicológicas básicas, sendo duas delas a necessidade de autonomia ou autodeterminação e a necessidade de competência (na qual se funda a auto-eficácia) (Ryan, Patrick, Deci, & Williams, 2008). Deste modo, esperávamos encontrar níveis de associação entre estes construtos que não foram observados. Algumas das fragilidades anteriormente apontadas, ao nível da fidelidade dos instrumentos e ao nível da dimensão e constituição da própria amostra, podem ter contribuído para tal resultado.

#### **Auto-eficácia, Autodeterminação, Bem-estar Psicológico e Delinquência**

Ainda que de forma pouco expressiva, pudemos perceber uma associação entre a percepção de uma actuação mais autónoma e o cumprimento de MTEs de menor duração. MTEs com duração inferior apontam, possivelmente, para a prática de factos qualificados pela lei como crime de menor relevância, logo, para níveis de delinquência mais reduzidos. Este resultado parece estar de acordo com os pressupostos teóricos apresentados por Negreiros (2001) que defende que a autodeterminação está associada à escolha de comportamentos pró-sociais e à resiliência. Definida como a capacidade do sujeito usar as suas próprias leis, compartilhá-las com os seus semelhantes e conduzir-se de acordo com as mesmas, a autodeterminação deriva das relações de cooperação e reciprocidade e provê capacidade para a compreensão e resolução de conflitos que envolvem a participação do sujeito no mundo. Superada a etapa das normas seguidas por imposição, torna-se possível, para o adolescente, estabelecer e manter um projecto de vida, estruturando a sua própria existência e percebendo-se enquanto parte de uma sociedade. Tomando as suas próprias decisões, cabe então ao adolescente assumir a responsabilidade pelas posições autónomas apresentadas perante os

desafios quotidianos. No entanto, mercê das pressões exercidas pelo grupo de pares e pelo desejo de pertença ao mesmo, por exemplo, podem algumas dificuldades ser sentidas neste campo. Alguns estudos demonstram que, após a saída do sistema judicial, adolescentes autodeterminados optam pelo não uso de drogas e pela continuidade dos estudos, de modo autónomo, ainda que o contexto possa favorecer o oposto (Negreiros, 2001). Mostram também que adolescentes que se percebem com níveis superiores de autodeterminação compartilham regras de conduta comuns e envolvem-se em propostas pró-sociais mais do que os que não apresentam autodeterminação (Hardre & Reeve, 2003; Standage et al. 2003; Guay et al. 2003; citados por Nota et al., *in press*).

Conclui-se assim que estimular actividades de partilha, reciprocidade, responsabilidade social e respeito mútuo, através de tomada de decisão e comprometimento com o bem-estar individual e colectivo, seria um modo positivo de promover a autodeterminação visando a resiliência e maiores níveis de responsividade.

Observou-se também uma associação entre a percepção de bem-estar psicológico (sujeitos que se sentem psicologicamente saudáveis e crêem que dispõem de recursos pessoais que facilitam o seu funcionamento psicológico) e o cumprimento de MTEs de menor duração, por um lado, mas de mais processos, por outro. A percepção de mal-estar psicológico traduz-se em estados de espírito que, na generalidade, são considerados desagradáveis, tais como infelicidade, baixa auto-estima, baixo auto-conceito. As estratégias de *coping* usadas para lidar com estas sensações aversivas levam a um fraco ajustamento social que inclui sentimentos de aversão face ao ambiente social que, no caso destes jovens, se exprime através da manifestação de alguns comportamentos considerados de risco, nos quais se podem incluir o consumo de substâncias e os comportamentos anti-sociais ou delinquentes (Caffray & Schneider, 2000; Rigby, 2008). Estudos levados a cabo por Rask e colaboradores (2002), Pitkänen (1999) e

Valois e colaboradores (2001) (citados por Fernandes & Vasconcelos-Raposo, 2008), entre outros, demonstraram uma associação positiva entre o mal-estar psicológico em adolescentes e condutas anti-sociais e até mesmo ilícitas, como elevados consumos de álcool e estupefacientes, adopção de comportamentos violentos, transporte de arma, desacatos fora e dentro da instituição escolar (conflitos, roubo, danos materiais), condução perigosa e adopção de comportamentos sexuais de risco. Rask e colaboradores (2002; citado por Fernandes & Vasconcelos-Raposo, 2008) sugerem ainda que esta relação constitui um ciclo vicioso na medida em que quanto maiores as proporções destes comportamentos maior é o mal-estar sentido. A percepção de maior bem-estar em adolescentes com maior número de medidas pode, porventura, dever-se ao facto de serem muito adversos, quando comparados com o centro educativo, os contextos de vida destes adolescentes. Se a duração da medida em centro educativo tem, habitualmente, relação com a gravidade do ilícito, a institucionalização tende a ocorrer não só em situações em que os ilícitos são mais graves como naquelas em que o contexto sócio-familiar do jovem é claramente mais adverso.

#### **Influência da idade, etnia, escolaridade e situação familiar nas variáveis associadas à delinquência**

Atendendo ao enquadramento teórico deste estudo, que destaca vários factores de risco ao nível das variáveis sócio-demográficas, pretendeu compreender-se a relação que algumas delas tinham com as variáveis associadas à delinquência.

Verificámos que os educandos mais velhos apresentam um registo menor no que toca à quantidade de MTEs cumpridas. Segundo Negreiros (2001), a taxa de delinquência varia consideravelmente com a idade, mas é plausível supor que o comportamento delinvente se vá alterando em função das características que assume nos diferentes grupos etários adolescentes. Uma parte considerável dos sujeitos infractores envolve-se em comportamentos anti-sociais durante os

primeiros anos escolares (entre os 6 anos e os 10 anos de idade). Assim, após um período de desenvolvimento pró-social na primeira infância, assiste-se a uma mudança que inaugura um período de comportamentos anti-sociais e delinquentes. Estes vão desde o absentismo escolar aos comportamentos pré-delinquentes (vadiagem, pequenos furto, etc.), anunciadores de uma actividade criminal precoce. Esta actividade desenvolve-se e intensifica-se predominantemente em torno dos crimes de roubo/furto. Diversas investigações verificaram que indivíduos cuja actividade delinvente se exterioriza em idades mais novas têm tendência a praticar um maior número de delitos, persistem por períodos de tempo mais longos na actividade delituosa e apresentam uma actividade delinvente mais heterogénea e diversificada (Fonseca, 2004). A idade de início é, portanto, uma variável com importantes implicações preditivas.

Quanto à etnia dos participantes, verificou-se que os sujeitos de etnia africana, cigana e de nacionalidade romena cumpriam MTEs de maior duração, associadas a actos ilícitos caracterizados por maiores níveis de violência. Certas etnias e nacionalidades deparam-se com a problemática da exclusão social. Esta segregação étnica constitui, por si só, um problema relevante, classificando os sujeitos como seres inferiores e diferentes, impedindo-os de usufruir plenamente dos bens de consumo, da escola, de serviços de saúde, causando desemprego e afastando-os do convívio sadio com a comunidade. Prejudica, portanto, o processo de socialização, particularmente nos jovens que, não sendo devidamente acompanhados, se vêem empurrados para os “guetos” das grandes cidades, onde germinam sentimentos de revolta, angústia e agressividade traduzidos em comportamentos delinquentes de ataque a regras e normas pró-sociais. Destes grupos destacam-se os actos de vandalismo, os roubos a pessoas, as agressões físicas, a especialização em determinado tipo de crimes, bem como a utilização frequente de armas (Born, 2005).

Relativamente à escolaridade, observou-se que os sujeitos com mais anos de escolaridade aprovados com sucesso tendem a cumprir penas de menor duração, que são consequência de graus de delinquência menos elevados. Um maior nível de escolaridade parece também estar relacionado com um maior número de contactos com o sistema tutelar educativo. A escola, enquanto factor contextual, como a família e o grupo de pares, representa um papel de grande importância na adolescência. Constitui um dos principais cenários de socialização pelo que possibilita aos indivíduos a obtenção da base que assegura a aquisição das virtudes sociais e o desenvolvimento das capacidades individuais que os impedirão de enveredar pelo caminho do crime. Portanto, a educação molda comportamentos e forma cidadãos (Simões, 2000, 2007). No entanto a maioria das trajectórias delinquentes tem o seu início no contexto escolar, mais precisamente pela incapacidade do estabelecimento de uma relação, que se pretende reparadora de uma relação precoce desadequada, entre professor e aluno. Por vezes, os adolescentes sentem-se vítimas da incompreensão do sistema escolar, ou mesmo do excesso de expectativas parentais sobre os seus resultados escolares, a que não conseguem corresponder. Acabam por enveredar por uma resposta distorcida, que, na generalidade dos casos, não é compreendida, nem pelo sistema escolar nem pelo sistema familiar (Ferreira, 1997). Os desvios comportamentais dos jovens são frequentes quando os adultos não os preparam para o desempenho dos papéis que a sociedade espera que eles desempenhem. Se a agravar esta situação, a escola não estiver preparada para os receber e não mantiver com eles uma relação afectiva que os motive a continuar nesse contexto, então os desvios aumentarão e as institucionalizações também. A escola, como instância socializadora, tem um papel determinante nos fenómenos do comportamento desviante. Com efeito, é na escola que o indivíduo modela e ajusta o seu comportamento, aprendendo normas de condutas socialmente desejáveis (Silva, 2004).

Finalmente, no que concerne à situação familiar, pôde constatar-se que, na amostra estudada, os adolescentes que viviam institucionalizados, com familiares que não os progenitores, acolhidos por pessoas exteriores à família ou com vivências de rua, podiam não apresentar registo de MTEs anteriores mas respondiam por factos ilícitos de maior violência. Os resultados obtidos apontam para que os adolescentes que vivem num seio familiar mais estruturado apresentam graus de delinquência mais reduzidos. Várias pesquisas têm procurado estudar a influência da família na etiologia e manutenção de problemas pessoais, distúrbios e transtornos desenvolvidos ou acentuados na fase da adolescência. A família é, efectivamente, uma variável de destaque no fenómeno multifactorial que é a delinquência. Inúmeras características familiares têm sido apontadas como motivadoras da delinquência, entre as mais citadas estão a pobre supervisão, o baixo envolvimento parental, a autoridade parental lábil, o estilo permissivo ou autoritário, a disciplina, os conflitos parentais e o divórcio. (Farrington, Haas, Killias & Sattar, 2004). Estas características observam-se em todas as tipologias familiares; no entanto ocorrem com menor frequência e relevância em famílias intactas (Pardeck, Brown, Christian, Schnurbusch, Shrum e Terrell, 1991). Gallo e Williams (2004; citado por Siegel & Welsh, 2009) constataram que apenas 40,7% dos adolescentes em conflito com a Lei de uma cidade de nível socio-económico médio viviam com ambos os pais. Outras formas de família sofrem um impacto mais severo de inúmeros factores de risco. Numa família monoparental, por exemplo, a dificuldade de prover financeiramente a casa e cuidar dos filhos e a falta de tempo e energia, aliada a uma rede de apoio ineficaz (ausência de apoio do parceiro, falta de recursos na comunidade como creches, entre outros), afecta directamente o estilo parental que é estabelecido, podendo haver uma diminuição do controlo social e da uma socialização adequada (Eitle, 2005; citado por Siegel & Welsh, 2009). De facto, factores como um bom suporte afectivo, uma boa

supervisão e uma boa comunicação entre pais e filhos, parecem constituir alguns dos elementos-chave ao nível da protecção no seio familiar e, conseqüentemente, de um bom ajustamento ao nível das diferentes áreas de vida do adolescente (Claes, 1985).

### **Conclusões**

Para o direito e as entidades que o aplicam, o delinquente é apenas aquele que infringe as normas, não importando as motivações subjectivas que influem essa conduta (Carvalho, 2003). Mas a recuperação destes sujeitos necessita uma abordagem multivariada que considere a complexidade que envolve este problema.

O conceito de delinquência juvenil remete para todo o tipo de comportamentos desajustados ou mesmo infracções criminais que ocorram durante a infância e a adolescência (Ferreira, 1997). Podendo ser considerado como uma perturbação da personalidade ou como a expressão dos conflitos de uma perturbação psicopatológica (Coimbra de Matos, 2002), há que considerar o facto de o comportamento delinquente ser, de certa forma, normativo na adolescência (Marcelli & Braconnier, 2004). De facto, a adolescência é uma fase desenvolvimental caracterizada por transformações a múltiplos níveis, onde a abertura à novidade e o teste de limites fazem parte do movimento de autonomização que o jovem tende a realizar. Na tentativa de criar uma identidade própria, o adolescente tenta demarcar-se das imagens parentais e tomar decisões (Claes, 1985; Erikson, 1976) que, frequentemente, vão no sentido de satisfazer a predisposição biológica existente para a experiência de sensações fortes. Estas são vividas como sendo especiais e alvo de admiração pelos pares, sem que o adolescente avalie correctamente a sua perigosidade (Elkind, 1972; Arnett, 1992). Cada vez mais, os estudos realizados indicam que os comportamentos delinquentes advêm de antecedentes e determinantes psicossociais que funcionam como factores de risco ou protecção. Uma família disfuncional, pares anti-

sociais, abuso de drogas, valores anti-sociais, personalidade anti-social e baixo auto-controlo, podem, efectivamente, aumentar a probabilidade do jovem incorrer e reincidir em condutas de risco (Hoge, 2001).

Dentro das variáveis individuais a considerar na compreensão da delinquência juvenil, o presente trabalho destacou a auto-eficácia, a autodeterminação e o bem-estar psicológico.

A auto-eficácia, definida por Bandura (2002) como a “crença na nossa capacidade para organizar e executar as linhas de acção requeridas para produzir certas realizações”, é construída a partir do *feedback* dado pela família, pela escola e pelos pares, entre outros. As mudanças próprias da adolescência dificultam a superação, com sucesso, de certos obstáculos inerentes a esta fase desenvolvimental, deixando o sujeito menos confiante nas suas competências (Bandura, Barbaranelli, Caprara, & Pastorelli, 1996). A nível emocional, a baixa auto-eficácia torna o adolescente menos crente na sua capacidade para melhorar o seu estado emocional negativo, deixando-se este dominar por emoções que são exteriorizadas de forma inapropriada (*eg.*, comportamentos anti-sociais) (Caprara et al., 2008).

A autodeterminação, que consiste na capacidade de escolha, de agir segundo motivação intrínsecas (Deci & Ryan, 1985), durante adolescência (período em que é mais ambicionada) é, em grande parte, obstada pela família (Grolnick et al. 1997; Soenens & Vansteenkiste 2005; citados por Nota et al., *in press*). Baixos níveis de autodeterminação estão associados a factores negativos, como depressão e evitamento ou procrastinação (Ryan & Deci, 2000), e implicam uma menor persistência face aos desafios quotidianos normativos a esta fase do ciclo vital (Hardre & Reeve, 2003; Standage et al. 2003; Guay et al. 2003; citados por Nota et al., *in press*) redireccionando o jovem para outros percursos.

O bem-estar psicológico pode ser descrito como o grau em que cada pessoa julga a qualidade da sua vida favoravelmente e crê dispor

dos recursos necessários para lidar funcionalmente com episódios da sua vida (Schmuck & Sheldon, 2001). Na adolescência, este construto é afectado pelas mudanças radicais a nível físico, psicológico e contextual que ocorrem. As estratégias de *coping* que visam amenizar este sentimento culminam na adopção de comportamentos de risco que, por sua vez, pioram ainda mais e a longo prazo o bem-estar psicológico.

Dada a importância que estes construtos parecem assumir no domínio da problemática em análise, o estudo exploratório aqui apresentado visou perceber a relação existente entre delinquência, na adolescência, e os construtos autodeterminação, auto-eficácia e bem-estar psicológico. Pretendeu também contribuir para uma primeira exploração da adequação de alguns instrumentos de avaliação a delinquentes adolescentes no contexto institucional. Observou ainda, qual a influência de variáveis, como a idade, nível de escolaridade, situação familiar e etnia nas variáveis anteriormente referidas, bem como no percurso delinvente dos sujeitos institucionalizados. Deste modo pretendeu-se contribuir para a compreensão deste fenómeno e para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas que incidam sobre esta problemática.

Os instrumentos de avaliação que pretendem medir as variáveis em estudo revelaram alguns problemas quanto à sua adaptação aos jovens e ao contexto em que estes estão inseridos. De facto, é imperativo que sejam compreendidas as suas dificuldades de expressão, a ressonância que certas questões geram e as condicionantes que a instituição impõe à espontaneidade com que as respostas podem ser dadas e às próprias variáveis em análise. Por exemplo, não é possível medir, com instrumentos vocacionados para adolescentes não institucionalizados, variáveis relativas à autonomia em sujeitos que vêm a sua liberdade restrita e que temem eventuais punições caso respondam com total veracidade. No entanto, o construto é passível de ser avaliado se, entre outras medidas, o

questionário em causa for adaptado à realidade vivida na instituição e às características dos sujeitos. A comparação de amostras emparelhadas, onde variasse o facto de ter tido ou não experiências de risco e o facto de estar ou não institucionalizado, e o recurso ao método de reflexão falada poderia ser um bom método para conseguir a adaptação pretendida.

Atendendo às limitações acima referidas e às condicionantes relativas à dimensão da amostra, os resultados obtidos neste estudo devem ser lidos e interpretados com muita cautela.

Contrariamente ao esperado, os dados encontrados sugerem que a auto-eficácia, a autodeterminação e o bem-estar psicológico não se encontram associados. De facto medem construtos diferentes, mas autores como Ryff (1995; citado por Leite, Paúl, & Sequeiros, 2002) e Decy e Ryan (1985, 2002) defendem que estes construtos se interpenetram.

Verificou-se, neste estudo exploratório, que sujeitos que actuam segundo as suas próprias escolhas, ou seja de forma autodeterminada, tendem a apresentar níveis de delinquência mais reduzidos. Este resultado é corroborado pelos pressupostos teóricos apresentados por Negreiros (2001) que defende que a autodeterminação está associada à escolha de comportamentos pró-sociais e à resiliência. E os sujeitos que se sentem psicologicamente saudáveis e crêem que dispõem de recursos pessoais que facilitam o seu funcionamento psicológico tendem, de forma mais expressiva, a apresentar menores níveis de delinquência (ainda que o seu cadastro apresente mais que uma intervenção ao abrigo da LTE).

A análise feita relativamente à associação entre variáveis sócio-demográficas e delinquência evidencia dados pouco significativos e por vezes ambíguos. Os sujeitos mais velhos apresentam um registo menor no que toca à quantidade de MTEs cumpridas; os sujeitos de etnia africana, cigana e de nacionalidade romena cumpriam MTEs de maior duração, apresentando ilícitos caracterizados por maiores níveis

de violência; os participantes com mais anos de escolaridade tendiam a cumprir penas de menor duração e, de forma menos expressiva, apresentavam um maior número de contactos com o sistema tutelar educativo; os adolescentes que viviam institucionalizados, ou em sistemas que não a sua família nuclear intacta, não apresentavam registo de MTEs anteriores, mas, por outro lado, respondiam por factos ilícitos de maior violência.

No geral, embora pouco robusto, este estudo permite assinalar algumas tendências acerca do papel da auto-eficácia, autodeterminação e bem-estar psicológico na delinquência juvenil e elaborar pistas importantes para futuras linhas de investigação. No futuro, seria então útil replicar os mesmos objectivos e tipo de investigação com novas amostras. Paralelamente, seria pertinente continuar a investigação acerca dos construtos em questão, a sua relação com as experiências de risco e atitudes mais resilientes em contextos institucionais.

### **Referências bibliográficas**

Alves, S. N. (2007). *Filhos da madrugada: percursos adolescentes em lares de infância e juventude*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

American Psychological Association (APA). (2010). *Publication manual of the American Psychological Association* (6<sup>a</sup> ed.). Washington, DC: APA.

Arnett, J. (1992). Reckless behaviour in adolescence: A developmental perspective. *Developmental Review*, 12, 339-373.

Arseneault, L. (2004). A interacção entre perturbação mental e violência. In M. H. Silva et al. (eds.). *Crianças e jovens em risco* (pp. 115-140). Coimbra: Almedina.

Assis, S. G. (1999). *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: A vida dos jovens infratores e de seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Bacchini, D., & Magliulo, F. (2003). Self-image and perceived self-efficacy during adolescence. *Journal of youth and adolescence*, 32 (5), 337–350.

Bandura, A. (1997). Exercise of personal and collective efficacy in changing societies. In A. Bandura (Ed.), *Self-efficacy in changing societies* (pp. 1-45). Cambridge: Cambridge University Press.

Bandura, A. (2002). *Self-efficacy: The exercise of control* (5<sup>a</sup> Ed.). New York: W. H. Freeman and Company.

Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (1996). Multifaceted impact of self-efficacy beliefs on academic functioning. *Child Development*, 67 (3), 1206-1222.

Bartol, C. R., & Bartol, A. M. (2008). *Current perspectives in forensic psychology and criminal behavior* (pp. 81-95). Thousand Oaks: Sage.

Benelli, S. J. (2004) A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. *Estudos de Psicologia*, 21 (3), 237-253.

Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi.

Caffray, C. M., & Schneider, S. L. (2000). Why do they do it? Affective motivators in adolescents' decisions to participate in risk behaviors. *Cognition and Emotion*, 14 (4), 543-576.

Caprara, G., Giunta, L., Eisenberg, N., Gerbino, M., Pastorelli, C., & Tramontano, C. (2008). Assessing regulatory emotional self – efficacy in three countries. *Psychological Assessment*, 20 (3), 227-237.

Carvalho, M. (2003). *Entre as malhas do desvio*. Lisboa: Celta.

Caspi, A. (2000). A criança é o pai do homem: Continuidades na personalidade, da infância à vida adulta. *Psychologica*, 24, 55-76.

Claes, M. (1985). *Os problemas da adolescência*. Lisboa: Verbo.

Coimbra de Matos, A. (2002). *Adolescência (crise da juventude e identidade)*. Lisboa: Climepsi.

Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*. New York: Plenum.

Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2002). *Handbook of self-determination research*. Rochester, NY: University of Rochester

Elkind, D. (1972). Crianças e adolescentes. Ensaios interpretativos sobre Jean Piaget (N. Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar editora. (Obra original publicada em 1970)

Erikson, E. H. (1976). *Identidade, juventude e crise* (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1902)

Farrington, D., Haas, H., Killias, M., & Sattar, C. (2004). The impact of different family configurations on delinquency. *British Journal of Criminology*, 44 (4), 520-532.

Fernandes, H., & Vasconcelos-Raposo, J. (2008). *O bem-estar psicológico em adolescentes: Uma abordagem centrada no florescimento humano*. Vila Real: UTAD - CEDAFES.

Ferreira, P. M. (1997). Delinquência juvenil, família e escola. *Revista Análise Social*, 32 (143), 925-935.

Fonseca, A. C. (2004). Diferenças individuais no desenvolvimento do comportamento anti-social. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: Da infância à idade adulta* (pp. 313-361). Coimbra: Almedina.

Fonseca, A. C. (2006). Psicologia Forense: uma breve introdução. In Fonseca, A. C., Simões, M. R., Taborda Simões, M. C. & Pinho, M. S.. *Psicologia forense*. Coimbra: Almedina.

Fonseca, A. C. (2008). *Psicologia e Justiça*. Coimbra: Almedina.

Galinha, I., & Ribeiro, J. (2005). História e evolução do conceito de bem-estar subjectivo. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 6 (2), 203-214.

Garcia, D., & Siddiqui, A. (2008). Adolescents' psychological well-being and memory for life events: Influences on life satisfaction with respect to temperamental dispositions. *Journal of Happiness Studies*, 10 (4), 407-419.

Gaspar, T., & Matos, M. (Eds) (2008). *Versão portuguesa dos instrumentos KIDSCREEN-52: Instrumentos de qualidade de vida para crianças e adolescentes*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa

Guimarães, S., & Boruchovitch, E. (2004) O estilo motivacional do professor e a motivação intrínseca dos estudantes: Uma perspectiva da teoria da autodeterminação. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 17 (2), 143-150.

Hoge, R. (2001). *The juvenile offender: Theory, research, and applications*. Boston: Kluwer Academic.

Howitt, D. (2006). *Introduction to Forensic and Criminal Psychology* (2<sup>a</sup> ed., pp. 77-96). Essex: Pearson Education Limited.

Huss, M. T. (2009). *Forensic psychology: Research, clinical practice, and applications* (pp. 257-273). West Sussex: Wiley-Blackwell.

Klassen, R. (2002) Writing in early adolescence: a review of the role of self-efficacy beliefs. *Educational psychology review*, 14 (2).

Kaplan, H. B. (1984). *Patterns of juvenile delinquency* (pp. 143-152). Beverly Hills: Sage.

Leite, A., Paúl, C., & Sequeiros, J. (2002). O bem-estar psicológico em indivíduos de risco para doenças neurológicas hereditárias de aparecimento tardio e controlos. *Psicologia, saúde & doenças*. 3 (2), 113-118

Loeber, R., & Farrington, D. P. (Eds.) (2001). *Child delinquents: development, intervention and service needs*. Thousand Oaks: Sage

Marcelli, D., & Braconnier, A. (2004). *Adolescência e psicopatologia*. Lisboa: Climepsi.

Maroco, J. (2010). *Análise estatística: com a utilização do SPSS* (3<sup>a</sup> Ed). Lisboa: Sílabo.

Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório Psicologia*, 4 (1), 65-90.

Martins, M. (2005). Condutas agressivas na adolescência: Factores de risco e de protecção. *Análise Psicológica*, 23 (2), 129-135.

Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa: Editorial Notícias.

Nota, L., Soresi, S., Ferrari, L., & Wehmeyer, M. L. (in press) A multivariate analysis of the self-determination of adolescents. *Journal of Happiness Studies*.

Pardeck, J. T., Brown, C., Christian, B., Schnurbusch, M., Shrum, L., & Terrell, D. (1991). Family structure and life satisfaction. *Family therapy, 18* (1) 11 - 15.

Pajares, F., & Urdan, T. (2006). *Self-efficacy beliefs of adolescents*. Greenwich: Information Age Publishing.

Pestana, M., & Gajairo, J. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Sílabo.

Quinsey, V. L., Skilling, T. A., Lalumière, M. L., & Craig, W. (2004). *Juvenile delinquency: Understanding individual differences* (pp. 93-121). Washington, DC: American Psychological Association.

Ramos, L., Paixão, M. P., & Silva, J.T. (2007). O impacto da auto-eficácia no desenvolvimento da identidade vocacional. *Psychologica, 44*, 25-44.

Ravens-Sieberer, U., Auquier, P., Erhart, M., Gosch, A., Rajmil, L., & Bruil, J., et al. (2007). The Kidscreen-27 quality of life measure for children and adolescent: psychometric results from a cross-cultural survey in 13 european countries. *Quality of life research, 16*, 1347–1356.

- Ribeiro, J. (1995). Adaptação de uma escala de avaliação da auto-eficácia geral. *Avaliação Psicológica: Formas e contextos*, 3, 163-176.
- Rigby, K. (2008). *Children and bullying: how parents and educators can reduce bullying at school*. Boston: Blackwell/Wiley.
- Rosa, E. Z. (2003). Da rua para a cidadania: a construção de sentidos na construção da travessia. In S. Ozella (Ed.), *Adolescências Construídas. A visão da Psicologia Sócio-histórica* (pp. 167-200). São Paulo: Cortez.
- Rutter, M., Giller, H., & Hagel, A. (1998). *Antisocial behavior by young people*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, 55, 68-78.
- Ryan, R. M., Patrick, H., Deci, E. L., & Williams, G. C. (2008). Facilitating health behaviour change and its maintenance: Interventions based on self-determination theory. *The European Health Psychologist*, 10, 2-5.
- Schmuck, P., & Sheldon, K. M. (2001). *Life-goals and well-being: Towards a positive psychology of human striving*. Seattle: Hogrefe.
- Selosse, J. (2001). Delinquência. In R. Doron & F. Parot (eds.), *Dicionário de psicologia*. Lisboa: Climepsi.
- Silva, A. M. (2004), *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. Lisboa: Climepsi.

Silva, J. T. & Paixão, M. P. (2007). Estudos sobre o papel da auto-eficácia em contextos educativos. *Psychologica*, 44, 7-10.

Silva M, Teixeira P, Vieira P, Minderico C, Castro M, Coutinho S, Carraça E, Marcelino M, Santos T., & Sardinha L (2007). Programa peso: Emagrecer com saúde na faculdade. *ENDO - Endocrinologia, diabetes e obesidade*, 1 (1).

Simões, C. (2000). Adolescência, saúde e comportamento desviante. In M. G. Matos, C. Simões & S. Carvalhosa (Eds.), *Desenvolvimento de competências de vida na prevenção do desajustamento social* (pp. 109-119). Lisboa: IRS/MJ.

Simões, C. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Lisboa: FCG/FCT.

Simões, F., & Alarcão, M., (2010). Informação disponível com os autores.

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18, 71-80.

Siegel, L. J., & Welsh, B. C. (2009). *Juvenile delinquency: Theory, practice, and law*. Belmont: Wadsworth.

Sheldon, K. M. (1995). Creativity and self-determination in personality. *Creativity Research Journal*, 8, 61-72. Recuperado em 20 Dezembro, 2010, de <http://www.psych.rochester.edu/SDT/>

Sheldon, K. M., Ryan, R. M., & Reis, H. (1996). What makes for a good day? Competence and autonomy in the day and in the person. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 1270-1279.

Recuperado em 20 Dezembro, 2010, de <http://www.psych.rochester.edu/SDT/>

Sprinthall, R. & Collins, W. (1999). *Psicologia do adolescente - uma abordagem desenvolvimentista* (pp. 457-501). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Taxman, F. S., Sheperdson, E., & Byrne, J. M. (2004). *Tools of the trade: A guide to incorporating science into practice*. Washington, D.C.: National Institute of Corrections. Recuperado em 12 Junho, 2010, de <http://www.nicic.org/Library/020095>

Thrash, T. M., & Elliot, A. J. (2002). Implicit and self-attributed achievement motives: Concordance and predictive validity. *Journal of Personality*, 70, 729-755. Recuperado em 20 Dezembro, 2010, de <http://www.psych.rochester.edu/SDT/>

Walker, H. M., Colvin, G., & Ramsey, E. (1995). *Antisocial behavior in school: Strategies and best practices* (pp. 18-21). Pacific Grove: Brooks/Cole.

## Anexos

**Anexo 1**

<b>Idade</b>				
	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
14	3	9,1	9,1	9,1
15	6	18,2	18,2	27,3
16	8	24,2	24,2	51,5
17	9	27,3	27,3	78,8
18	5	15,2	15,2	93,9
19	1	3,0	3,0	97,0
20	1	3,0	3,0	100,0
Total	33	100,0	100,0	

<b>Duração da MTE</b>				
	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
3	1	3,0	3,0	3,0
4	1	3,0	3,0	6,1
6	1	3,0	3,0	9,1
8	3	9,1	9,1	18,2
9	6	18,2	18,2	36,4
12	5	15,2	15,2	51,6
15	1	3,0	3,0	54,6
18	5	15,2	15,2	69,8
24	10	30,3	30,3	100,0
Total	33	100,0	100,0	

**Anexo 2**

(Ficha para caracterização da amostra e bateria de escalas utilizada nesta investigação)

### Anexo 3

Médias e desvios-padrão das variáveis relativas à delinquência						
	aeTOTAL (N=33)		autodetTOTAL (N=33)		kidTOTAL (N=33)	
	M	DP	M	DP	M	DP
Duração da MTE						
≤12M (N=16)	76.562	2.193	38.625	1.103	96.125	3.187
<12M (N=17)	72.177	3.540	34.647	1.361	83.824	3.574
Historial de delinquência						
com (N=18)	74.278	2.660	37.222	1.388	84.667	3.567
sem (N=15)	74.333	3.490	35.800	1.235	95.933	3.256
Motivo da MTE						
violência (N=14)	76.143	4.190	37.571	1.540	90.357	4.836
não violência (N=19)	72.947	2.054	35.842	1.173	89.368	2.909

**Legenda:** aeTOTAL = Auto-eficácia; autodetTOTAL = Autodeterminação; kidTOTAL = Bem-estar psicológico